



# CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023

## ASSISTENTE SOCIAL

06 DE AGOSTO DE 2023

Nome: \_\_\_\_\_ Nº de Inscrição: \_\_\_\_\_

### BOLETIM DE QUESTÕES

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), das quais apenas uma é correta.
- 2 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA e na FOLHA DE REDAÇÃO. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 3 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO. Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 4 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo e não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo.
- 5 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO somente serão substituídos caso contenham falha de impressão e/ou se os dados neles contidos não corresponderem aos seus. A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e o texto definitivo na FOLHA DE REDAÇÃO devem ser feitos com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**. O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas e a FOLHA DE REDAÇÃO o único documento considerado para a correção da Redação.
- 6 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas objetivas e de redação por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início das provas. Quando terminar a prova, assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 7 O tempo disponível para a prova é de **cinco horas, com início às 08h e término às 13h**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 8 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em razão de afastamento do candidato da sala de prova, para preenchimento do seu CARTÃO-RESPOSTA ou da FOLHA DE REDAÇÃO. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
- 9 Somente será permitido ao candidato levar o seu Boletim de Questões, ao deixar em definitivo a sala de provas, no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o término da prova.



**MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de **1 a 4**.

**TEXTO 1**

- 01 **Elon Musk e centenas de especialistas pedem pausa na pesquisa sobre inteligências artificiais**  
02 Elon Musk e centenas de especialistas mundiais assinaram, nesta quarta-feira (29), um apelo para uma pausa  
03 de seis meses na pesquisa sobre Inteligências Artificiais (IAs) mais potentes do que o ChatGPT 4, o modelo da  
04 OpenAI lançado este mês, alertando para "grandes riscos para a humanidade". A carta aberta é coordenada  
05 pela organização *Future of Life Institute*.  
06 O documento não pede a interrupção de todo o desenvolvimento de IA, mas solicita às empresas a interromper  
07 temporariamente o treinamento de sistemas mais poderosos que o GPT-4, a tecnologia lançada este mês pela  
08 OpenAI, startup apoiada pela *Microsoft Corp*. Isso inclui a próxima geração da tecnologia OpenAI, GPT-5.  
09 "Devemos permitir que as máquinas inundem nossos canais de informação com propaganda e mentiras?  
10 Devemos automatizar todos os trabalhos, incluindo os gratificantes? (...) Devemos nos arriscar a perder o  
11 controle da nossa civilização? Essas decisões não devem ser delegadas a líderes tecnológicos não eleitos",  
12 concluem.

Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/tecnologia/noticia/2023/03/>

- 1** O texto pertence ao domínio jornalístico e se configura como o gênero  
(A) reportagem, porque apresenta resultado de investigação jornalística aprofundada.  
(B) notícia, tendo em vista que se trata da divulgação de um evento apresentado como factual e recente.  
(C) entrevista, já que contém trecho de discurso direto, isto é, a fala reportada de um entrevistado.  
(D) editorial, uma vez que está evidente o posicionamento do editor responsável pelo periódico.  
(E) carta aberta, pois apresenta a divulgação de um manifesto coletivo.
- 2** Com base no texto, depreende-se que Elon Musk e os "especialistas mundiais"  
(A) se sentem financeiramente prejudicados com o avanço das Inteligências Artificiais (IAs).  
(B) querem estar à frente dos próximos lançamentos de novas IAs.  
(C) estão se sentindo ameaçados pelo avanço da empresa OpenAI.  
(D) aparentam estar preocupados com o bem da civilização humana.  
(E) são radicalmente contra o uso de IAs pela humanidade.
- 3** No texto 1, as expressões "um apelo" (linha 02), "A carta aberta" (linha 04) e "O documento" (linha 06) são formas diferentes usadas pelo autor para nomear o evento comunicativo realizado por Elon Musk em parceria com os especialistas mundiais. Essa estratégia textual consiste em uma forma de  
(A) recorrência textual.  
(B) paralelismo sintático.  
(C) progressão textual.  
(D) ambiguidade.  
(E) paráfrase.



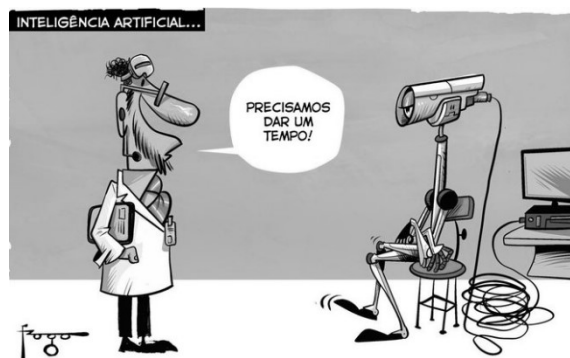
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



- 4 Na linha 10, o uso dos sinais gráficos (...) indica um(a)
- (A) fragmento de discurso reportado.
  - (B) forma indireta de relatar algo.
  - (C) estratégia para ocultar o posicionamento do autor.
  - (D) transcrição literal da fala do entrevistado.
  - (E) supressão de um fragmento do texto.

Observe atentamente o texto a seguir para responder às questões 5 e 6.

TEXTO 2



Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2023/03/gilmar-frag-a-inteligencia-artificial>

- 5 Tendo em vista que o texto 2 está relacionado à temática do texto 1, isto é, à carta aberta de especialistas em tecnologia sobre Inteligência Artificial, é correto afirmar que a expressão “dar um tempo” equivale a
- (A) dar mais tempo para a Inteligência Artificial se ajustar.
  - (B) encerrar definitivamente o relacionamento entre homem e máquina.
  - (C) pausar as pesquisas sobre Inteligência Artificial.
  - (D) ampliar os prazos para a continuidade das pesquisas com a Inteligência Artificial.
  - (E) concluir os trabalhos com Inteligência Artificial imediatamente.
- 6 No exemplar de charge, o fragmento “Inteligência Artificial” em destaque funciona como
- (A) título do texto.
  - (B) sujeito da oração.
  - (C) nome de um dos personagens.
  - (D) tópico central do texto.
  - (E) tópico frasal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões **7** e **8**.

**TEXTO 3**

01 **Trabalho do futuro pode ter monitoramento cerebral**  
02 As empresas sempre fizeram de tudo para monitorar a produtividade dos empregados. Com a pandemia e o  
03 home office, a prática deu um salto (a Microsoft criou um sistema chamado Productivity Score, que observa e  
04 quantifica tudo o que a pessoa faz no computador). Em breve, poderá incluir a neurotecnologia. A empresa  
05 americana Emotiv criou um aparelho o MN8, para uso no trabalho: parece um headset qualquer, mas tem  
06 sensores de eletroencefalografia (EEG) que medem as ondas cerebrais — e, a partir disso, deduz o nível de  
07 atenção e estresse do usuário. A startup israelense InnerEye vai além: seu produto, que também usa EEG,  
08 promete detectar ações específicas do cérebro. Especialistas já temem que, no futuro, os trabalhadores sejam  
09 obrigados a usar dispositivos assim.

Fonte: <https://super.abril.com.br/tecnologia/trabalho-do-futuro-pode-ter-monitoramento-cerebral/>

**7** O termo “prática” (linha 03) refere-se a/à

- (A) “monitorar a produtividade dos empregados” (linha 02).
- (B) “home office” (linha 03).
- (C) “pandemia” (linha 02).
- (D) “as empresas sempre fizeram de tudo” (linha 02).
- (E) “a Microsoft criou um sistema” (linha 03).

**8** Sem prejuízo de sentido, é correto substituir o sinal gráfico dois-pontos (linha 07) por

- (A) reticências.
- (B) parênteses.
- (C) aspas.
- (D) ponto continuativo.
- (E) ponto-final.

Observe atentamente o texto a seguir para responder às questões **9** e **10**.

TEXTO 4



Fonte: <https://dragoesdegaragem.com/>

- 9** No texto 4, a duplicidade de sentido ocorre em razão do(a)
- (A) processo de sinonímia, já que os elementos árvore e orelhão têm equivalência semântica.
  - (B) processo de antonímia, já que os elementos árvore e orelhão não têm equivalência semântica.
  - (C) processo de referenciação, já que os elementos árvore e orelhão ocupam a mesma posição no horizonte de sentido até que o referente principal é destacado.
  - (D) progressão temática, já que os elementos árvore e orelhão se complementam no desenvolvimento no tema central do texto.
  - (E) efeito polissêmico gerado pelo uso do pronome demonstrativo para recuperar os elementos árvore e orelhão.
- 10** No terceiro quadrinho, o evento gramatical que muito contribui para o efeito do sentido gerado é o(a)
- (A) silepse de pessoa.
  - (B) elipse do sujeito.
  - (C) figura zeugma.
  - (D) anacoluto.
  - (E) hipérbato.



## LEGISLAÇÃO

O jornal Folha de São Paulo ouviu 03 (três) especialistas para responder à pergunta “que opções de empreendedorismo o servidor público federal tem para constituir pessoa jurídica, que não afronte a lei 8.112/90? Segundo a reportagem (...) não é permitida nenhuma função de comando, caso contrário o servidor poderá responder a um processo disciplinar, diz Vivian Lima Lopez, professora de Direito Administrativo da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná). A restrição mencionada pela especialista está prevista no art. 117 da Lei 8.112/90, que é conhecida como Estatuto dos Servidores Públicos. O inciso X proíbe que servidores gerenciem ou administrem sociedade privada e exerçam o comércio (...).

(GATTI, Beatriz. Servidores públicos federais podem ter empresa, desde que não a gerenciem). Folha de São Paulo [online]. São Paulo, MPME – Leitor pergunta. São Paulo, 29 mai.2023. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mpme/2023/05/servidores-publicos-federais-podem-ter-empresa-desde-que-nao-a-gerenciem.shtml>>. Acesso em 05 jun. 2023.

- 11** O gerenciamento ou a administração de sociedade privada por funcionários públicos federais é uma infração que acarreta a penalidade de demissão (lei 8.112/90, artigo 117, inciso X). Contudo, sobre esse artigo há exceções. Quanto ao assunto, é correto afirmar:
- (A) É proibido aos servidores públicos federais participar de gerência ou administração de sociedade privada, exceto se a empresa for uma sociedade de economia mista.
  - (B) É proibido aos servidores públicos federais em estágio probatório participar de gerência ou administração de sociedade privada, exceto se a empresa estiver em funcionamento há mais de um ano.
  - (C) É proibido aos servidores públicos federais participar de gerência ou administração de sociedade privada, exceto na condição de sócio-fundador.
  - (D) É proibido aos servidores públicos federais participar de gerência ou administração de sociedade privada, exceto se compuserem o Conselho Fiscal da empresa pelo prazo mínimo de 02 anos.
  - (E) É proibido aos servidores públicos federais participar de gerência ou administração de sociedade privada, exceto se participarem dela na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- 12** Maria das Graças irá se submeter a um concurso público no âmbito de uma instituição pública federal. A candidata precisou consultar as regras gerais da administração pública aplicáveis a concursos públicos de que trata o Decreto 9.739/2019. Sobre as normas gerais em concursos públicos, de acordo com o referido diploma legal, é correto afirmar:
- (A) Se o concurso for realizado em mais de duas etapas, apenas a última etapa será eliminatória.
  - (B) Fica delegada à competência do Ministro de Estado da Educação autorizar a realização de concursos públicos nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.
  - (C) Quando houver prova de títulos em concursos públicos federais, ela será realizada em etapa anterior à prova escrita, e somente apresentarão os títulos os candidatos aprovados em etapas posteriores.
  - (D) Eventual prova oral ou de defesa de memorial será realizada em sessão pública e será gravada para fins de registro, avaliação e recurso.
  - (E) Em provas de aptidão física, não é necessária a indicação no edital das técnicas admitidas e do desempenho mínimo para a classificação.

- 13** O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu nesta quinta-feira (24/05/2023) o julgamento da Ação Penal (AP 1025) e condenou o ex-senador Fernando Collor de Melo por crimes relacionados à BR-Distribuidora. A Presidente do Tribunal, Ministra Rosa Weber, entendeu que ficou configurado nos autos o efetivo tráfico da função pública pelo ex-senador, que se utilizou de seus apadrinhados políticos para, em troca de vantagem indevida, direcionar fraudulentamente licitações entre a UTC e a BR-Distribuidora.

### STF condena Collor



Fonte: Jornal Folha de São Paulo Política. Charge do JCaesar. Caderno Humor

A função pública deve ser exercida seguindo os preceitos da administração pública, tendo como parâmetro o Código de ética profissional do servidor público (Decreto 1.171/1994). No desempenho de suas funções, o servidor público, quando decide entre o honesto e o desonesto, vincula sua decisão à

- (A) consciência.
  - (B) oportunidade.
  - (C) ética.
  - (D) moralidade.
  - (E) legalidade.
- 14** Sobre o instituto das licenças, aplicáveis a servidor público, é correto afirmar:
- (A) A concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, em cada uma de suas prorrogações, será precedida de exames por perícia médica oficial. Entretanto, se a licença for para tratamento de saúde, inferior a 15 dias, dentro de um ano, a perícia médica oficial poderá ser dispensada, na forma definida em regulamento.
  - (B) A licença para desempenho de mandato classista terá duração igual à do mandato, mas não cabe renovação no caso de reeleição.
  - (C) Sobre a licença para tratamento de saúde, sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado. Por isso, o serviço público não aceita atestado passado por médico particular.
  - (D) O direito de licença à gestante, servidora pública, pode ser exercido no primeiro (1º) dia após ciência da data do parto.
  - (E) No que diz respeito à licença por acidente em serviço, configura o “acidente em serviço” o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione imediatamente com as atribuições do cargo. Se ao término de 24 meses o servidor não estiver em condições de reassumir o cargo, ele será colocado à disposição por tempo determinado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



- 15** Provimento é ato administrativo por meio do qual cargos públicos são preenchidos. A lei 8.112/90 apresenta em seu artigo 8º, incisos I a IX, as formas de provimento de cargo público. De acordo com a referida lei, é correto afirmar:
- (A)** Quando da nomeação, o servidor que não tomar posse dentro do prazo previsto será exonerado.
  - (B)** Reintegração é a investidura de servidor estável no cargo, tendo sido invalidada a sua demissão por decisão judicial.
  - (C)** Readaptação é a reinvestidura de servidor estável em cargo com atribuições e responsabilidades compatíveis com as limitações que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, sendo dispensável inspeção médica.
  - (D)** O retorno à atividade de servidor em disponibilidade feito mediante aproveitamento é obrigatório a um cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
  - (E)** A exoneração de cargo efetivo só será feita de ofício.
- 16** O Decreto 9.991/2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da Administração Pública Federal, prevê objeto e âmbito de aplicação. Em relação a estes itens, é correto afirmar:
- (A)** As Escolas de Governo são previstas em Resoluções da Casa Civil da Presidência.
  - (B)** O Poder Executivo Federal delegará a manutenção das Escolas de Governo ao Ministro de Estado da Educação.
  - (C)** Os cursos de desenvolvimento oferecidos aos servidores públicos federais que constituam requisito para aprovação em estágio probatório não poderão ser planejados por Escolas de Governo, independente do estabelecido em outras legislações.
  - (D)** O Decreto que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP tem o objetivo de criar metodologias inovadoras no serviço público.
  - (E)** As Escolas de Governo podem ser previstas tanto em lei como em Decreto.
- 17** Sobre a Simplificação do Atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos (Decreto 9.094/2017), é correto afirmar:
- (A)** São diretrizes dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Federal nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos a boa-fé, a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania e a racionalização de métodos.
  - (B)** A Carta de Serviços ao Usuário tem por objetivo informar aos usuários as formas de acesso aos serviços e os serviços prestados pelo órgão ou entidade do Poder Executivo Federal.
  - (C)** No atendimento aos usuários do serviço público, os órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal observarão a seguinte prática: a diversidade de procedimentos referentes à utilização de formulários.
  - (D)** Do formulário Simplifique! bastará constar a identificação do solicitante e a proposta de melhoria do serviço.
  - (E)** Os usuários dos serviços públicos que tiverem os direitos do referido Decreto desrespeitados poderão representar à Ouvidoria Geral do respectivo órgão que lhes prestou atendimento.
- 18** Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei 13.709/2018, a disciplina da proteção de dados tem como fundamento o(a)
- (A)** inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, e o desenvolvimento econômico, tecnológico e a inovação.
  - (B)** defesa nacional e a segurança do Estado.
  - (C)** informação para a segurança nacional.
  - (D)** livre iniciativa e o desenvolvimento da vida privada.
  - (E)** desenvolvimento sustentável e a autodeterminação dos povos.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



- 19** São critérios a serem observados nos processos administrativos:
- (A)** Formulação de alegações e apresentação de documentos antes das decisões.
  - (B)** Impulsão do processo administrativo, a pedido do interessado, e permissão de aplicação retroativa de nova interpretação.
  - (C)** Indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão e observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.
  - (D)** Cobrança ordinária das despesas processuais e atuação segundo os padrões éticos da cordialidade.
  - (E)** Garantia do direito de petição e produção de provas adstritas às alegações finais.
- 20** No âmbito da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo da administração pública federal, são, respectivamente, direito e dever do administrado:
- (A)** Ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores; proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
  - (B)** Vedação de atuação temerária; exposição dos fatos, conforme a verdade.
  - (C)** Formular alegações que influenciem a decisão; assistência facultativa de advogado.
  - (D)** Respeito pelas autoridades e servidores; ciência do trâmite dos processos administrativos.
  - (E)** Exposição dos fatos, conforme a verdade; prestar informação e colaborar para esclarecer os fatos.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21** Para vários analistas de políticas sociais, não obstante a seguridade social brasileira seja prevista constitucionalmente como um conjunto integrado de ações concebidas para a produção do bem-estar e da justiça social, sua efetivação enfrenta diferentes obstáculos institucionais, destacando-se, entre outros, a lógica estruturante das políticas de previdência social, saúde e assistência social. Tomando-se essa premissa como verdadeira, assinale a alternativa correspondente ao fundamento estruturante de cada uma das políticas mencionadas.
- (A)** Previdência social é política contributiva, não submetida à lógica do mercado; saúde é política não contributiva, aberta às atividades do mercado; assistência social é política distributiva não subordinada à lógica do mercado.
  - (B)** Previdência social é política contributiva, submetida à lógica do mercado; saúde é política não contributiva, vedada às atividades do mercado; assistência social é política redistributiva subordinada à lógica do mercado.
  - (C)** Previdência social é política contributiva, submetida à lógica do mercado; saúde é política não contributiva, aberta às atividades do mercado; assistência social é política distributiva não subordinada à lógica do mercado.
  - (D)** Previdência social é política não contributiva, não submetida à lógica do mercado; saúde é política contributiva, aberta às atividades do mercado; assistência social é política distributiva não subordinada à lógica do mercado.
  - (E)** Previdência social é política redistributiva, não submetida à lógica do mercado; saúde é política redistributiva, aberta às atividades do mercado; assistência social é política distributiva subordinada à lógica do mercado.
- 22** De acordo com a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa, com redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022), a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária da pessoa idosa é obrigação da(dos)
- (A)** família, da comunidade, da sociedade e do poder público.
  - (B)** igreja, da comunidade, das instituições filantrópicas e do governo estadual.
  - (C)** pais da pessoa idosa, das instituições filantrópicas, da comunidade e do governo federal.
  - (D)** família de origem, das igrejas, da sociedade e do governo municipal.
  - (E)** filhos da pessoa idosa, dos parentes até o terceiro grau, da comunidade e do governo municipal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



- 23** A Constituição Federal do Brasil (1988) inaugura expressivas mudanças no âmbito da gestão das políticas públicas, em especial naquelas de corte social. Houve uma importante inflexão em suas esferas decisórias, ressignificando as convicções de planejamento historicamente subordinadas à tecnocracia. Como resultado destas mudanças é possível afirmar que os
- (A)** processos de centralização política afirmaram-se, por suas virtudes, como premissa ao processo de planejamento e gestão de políticas públicas.
  - (B)** processos participativos converteram-se em recursos estratégicos para a formulação de políticas públicas, particularmente na área social.
  - (C)** processos de formulação e gestão de políticas públicas constituem-se em estratégias de articulação entre o governo central e os governos subnacionais.
  - (D)** processos participativos converteram-se em recursos estratégicos para a formulação de políticas públicas, esvaziando as instituições representativas.
  - (E)** processos participativos converteram-se em recursos estratégicos para o fortalecimento da sociedade civil, esvaziando as prerrogativas do poder executivo.
- 24** A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006) “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”. Segundo esta Lei, é caracterizada como violência doméstica contra mulher
- (A)** toda ação prática realizada dentro, ou fora do domicílio, que cause sofrimento, aflição psicológica e emocional.
  - (B)** toda prática social realizada contra a esposa e os filhos que cause lesão física, ou dano psicológico.
  - (C)** qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.
  - (D)** toda ação realizada dentro da unidade familiar que cause sofrimento físico e/ou emocional.
  - (E)** qualquer prática social sobre a esposa que gere dor física, emocional e dano moral.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL**



- 25** São atribuições privativas dos assistentes sociais, conforme o disposto na Lei nº 8.662/1993 (Lei de Regulamentação da Profissão):
- (A)** Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assunto de Serviço Social; planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
  - (B)** Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresa, entidades e organizações populares; ser solidário com outros profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos da profissão.
  - (C)** Fiscalizar o exercício profissional por meio dos conselhos de defesa de direitos; dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso destes no atendimento e na defesa de seus direitos; repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.
  - (D)** Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assunto de Serviço Social; dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
  - (E)** Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; fiscalizar o exercício profissional por meio dos conselhos de políticas setoriais; contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresa, entidades e organizações populares.
- 26** De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social (Resolução CFESS Nº 273/1993), constituem direitos deste profissional na relação com as entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil:
- (A)** Respeitar a autonomia, a liberdade de iniciativa e o pluralismo político e ideológico dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras; denunciar ao Conselho Regional de sua jurisdição as instituições públicas ou privadas, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais.
  - (B)** Fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional; participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade, respectivamente, a produção do conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional.
  - (C)** Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços; dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.
  - (D)** Integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional como em relação às decisões institucionais; contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
  - (E)** Participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade, respectivamente, a produção do conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional; apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



- 27** A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e estabelece como “pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” A educação é um direito assegurado à pessoa com deficiência, nos termos da lei, em seu artigo 28. Incube ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar
- (A)** a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento privado de ensino; o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível do ensino médio, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos que são pessoa com deficiência.
  - (B)** sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades; projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado; participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar; acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdades de oportunidades e condições com as demais pessoas.
  - (C)** a matrícula voluntária em cursos regulares de estabelecimentos públicos de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino; o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível do ensino superior, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos que são pessoa com deficiência.
  - (D)** o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível do ensino médio e superior, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência; a matrícula voluntária em cursos regulares de estabelecimentos públicos de pessoas com deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.
  - (E)** o acesso de alunos portadores de deficiência a benefícios especiais distintos dos demais educandos, relativos ao material escolar e à merenda escolar; a matrícula voluntária em cursos regulares de estabelecimentos particulares de pessoas com deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino.
- 28** No decorrer das últimas quatro décadas, o Serviço Social brasileiro empreendeu importantes mudanças em seus referenciais teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos. Tais mudanças incidiram sobre a compreensão do objeto da profissão. De acordo com o pensamento hegemônico presente nos órgãos de formação e fiscalização do exercício profissional, algumas expressões da “questão social” são compreendidas como o objeto do serviço social. Do ponto de vista conceitual, a “questão social” significa o(as)
- (A)** conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas nas sociedades capitalistas maduras, impensáveis sem a intermediação do Estado.
  - (B)** conjunto das expressões das desigualdades sociais produzidas nas sociedades estruturadas com base na propriedade privada e na luta de classes sociais.
  - (C)** conjunto das expressões das desigualdades sociais produzidas pela terceira revolução industrial e pela automação. São impensáveis sem a intermediação do Estado.
  - (D)** conjunto de expressões das desigualdades sociais decorrentes da exploração humana, da desproteção social e do baixo poder aquisitivo dos trabalhadores.
  - (E)** desigualdades sociais decorrentes da fome, do desabrigo, da baixa escolaridade da população e da insensibilidade dos donos dos meios de produção.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



- 29** A Lei nº 10.216, de 6 e abril de 2001, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais (pessoas com transtornos mentais) e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Conforme seu artigo 6º - “A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos”. Para efeitos desta lei, são considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica:
- (A)** Internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário; internação coletiva: aquela que se dá com o consentimento do coletivo de origem do usuário; internação provisória: aquela por tempo determinado.
  - (B)** Internação consensual: aquela que ocorre com o consentimento do usuário; internação familiar: aquela que ocorre com o consentimento de todo o grupo familiar; internação temporária: aquela por tempo determinado.
  - (C)** Internação por livre e espontânea vontade: aquela que se dá por desejo exclusivo do usuário; internação obrigatória: aquela que ocorre sem o conhecimento do usuário; internação provisória: aquela por tempo determinado pela Justiça.
  - (D)** Internação consensual: aquela que ocorre com o consentimento do usuário; internação coletiva: aquela que se dá com o consentimento do coletivo de origem do usuário; internação temporária: aquela por tempo determinado pela Justiça.
  - (E)** Internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário; internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.
- 30** O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, estabelece em seu Artigo 4º que “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Para as crianças e os adolescentes, a garantia de prioridade compreende a
- (A)** primazia de receber cuidados afetivos em relação a outros segmentos de faixas etárias; a precedência de atendimento nos serviços privados; a preferência na formulação e na execução das políticas privadas; a destinação privilegiada de recursos privados nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
  - (B)** primazia de receber apoio afetivo e emocional em situações de conflito relacional; a precedência de atendimento nos serviços filantrópicos e de relevância privada; a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e privadas; a destinação privilegiada de recursos da rede filantrópica nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
  - (C)** primazia de receber suporte emocional em situações de conflito familiar; a precedência de atendimento nos serviços sociais prestados por organizações não governamentais; a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e privadas; a destinação privilegiada de recursos às organizações não governamentais de atendimento à infância e à juventude.
  - (D)** primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
  - (E)** primazia de receber proteção e suporte afetivo em situações de conflito familiar; a precedência de atendimento nos serviços sociais prestados por organizações não governamentais; a preferência na formulação e na execução das políticas desenvolvidas pelas organizações não governamentais; a destinação complementar de recursos para o atendimento à infância e à juventude.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



- 31** Para os principais pensadores da denominada teoria crítica, corrente de pensamento hegemônica no Serviço Social brasileiro, o trabalho tem um duplo caráter como mercadoria, correspondente ao seu
- (A)** valor social e valor individual.
  - (B)** valor prático e valor teórico.
  - (C)** valor econômico e valor político.
  - (D)** valor de compra e valor de venda.
  - (E)** valor de uso e valor de troca.
- 32** Os aportes teóricos e metodológicos referenciados pelo projeto ético-político do Serviço Social afirmam que o assistente social é um trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho aos empregadores, sejam eles públicos ou privados. Neste sentido, como qualquer trabalho assalariado na dinâmica capitalista, tem um caráter social e assume uma dupla dimensão. Assinale a alternativa correspondente a essa dupla dimensão.
- (A)** Trabalho especializado e trabalho intelectual.
  - (B)** Trabalho multiprofissional e trabalho interdisciplinar.
  - (C)** Trabalho alienado e trabalho ideológico.
  - (D)** Trabalho concreto e trabalho abstrato.
  - (E)** Trabalho crítico e trabalho educativo.
- 33** De acordo com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, “executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. O PNAES tem os seguintes objetivos:
- (A)** Democratizar o acesso à educação superior aos jovens oriundos das classes baixa e média; garantir condições de competitividade aos estudantes em situação de vulnerabilidade social; aumentar o rendimento escolar do discente em vulnerabilidade social; promover a cultura da paz na educação superior.
  - (B)** Popularizar o acesso à educação superior aos jovens oriundos das classes baixas; diminuir a distância social gerada pela desigualdade econômica; contribuir para a melhoria do rendimento escolar do estudante em situação de fragilidade social; combater formas de discriminação social na educação superior.
  - (C)** Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.
  - (D)** Democratizar o acesso à educação superior aos jovens oriundos das camadas populares; diminuir a distância social gerada pela desigualdade econômica; garantir o reforço escolar aos estudantes com fragilidade social e econômica; ampliar os mecanismos de inclusão escolar.
  - (E)** Ampliar as formas de acesso à educação superior aos estudantes oriundos da escola pública; diminuir a distância social gerada pela desigualdade econômica; diminuir a evasão escolar; ampliar os mecanismos de inclusão escolar.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



- 34** Nos processos de formulação de planejamento é recorrente o uso inadequado de termos referentes aos meios para sua efetivação. Os termos plano, programas e projetos são adotados, indevidamente, como sinônimos. De acordo com os estudiosos da área da gestão,
- (A)** Plano é a menor unidade do planejamento; Programa é o documento que reúne um conjunto de projetos; Projeto é o documento mais abrangente e geral.
  - (B)** Plano é o documento que reúne um conjunto de projetos; Programa é o documento mais abrangente e geral; Projeto é a menor unidade do planejamento.
  - (C)** Plano é o documento mais abrangente e geral; Programa é o documento que reúne um conjunto de projetos; Projeto é a menor unidade do planejamento.
  - (D)** Plano é o documento mais geral e abrangente; Programa é a menor unidade do planejamento; Projeto é o documento que reúne um conjunto de projetos.
  - (E)** Plano é a visão mais imediata do planejamento; Programa é a visão estratégica mais abrangente; Projeto é a visão de múltiplas intervenções.
- 35** A Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade (PINAE/2021), da Universidade Federal do Pará (UFPA), direcionada a discentes em situação de vulnerabilidade, em consonância com o Decreto nº 7.234/2010, reconhece como sujeitos prioritários os discentes em situação de vulnerabilidade econômica, provenientes do núcleo familiar
- (A)** com renda per capita de até um salário mínimo, que enfrentam dificuldades socioeconômicas para permanecer no seu curso.
  - (B)** com renda per capita de até um salário mínimo e meio, que enfrentam dificuldades socioeconômicas para permanecer no seu curso.
  - (C)** com renda per capita de até meio salário mínimo, que enfrentam dificuldades socioeconômicas para permanecer no seu curso.
  - (D)** com renda per capita de até um quarto de salário mínimo, que enfrentam dificuldades socioeconômicas para permanecer no seu curso.
  - (E)** com renda per capita de até dois salários mínimos, que enfrentam dificuldades socioeconômicas para permanecer no seu curso.
- 36** O denominado projeto ético-político profissional propugnado pelo Serviço Social brasileiro estrutura-se e explicita-se em torno de quatro elementos constitutivos. São eles:
- (A)** O ideal de cidadania, justiça social e sustentabilidade; a defesa do pluralismo teórico-metodológico; as lutas e posicionamentos em defesa dos usuários da assistência; a análise dialética da sociedade vigente.
  - (B)** A explicitação de princípios e valores ético-políticos; a matriz teórico-metodológica em que se ancora; a crítica radical à ordem social vigente; as lutas e posicionamentos políticos.
  - (C)** A defesa radical do pluralismo teórico e metodológico; a apreciação crítica das relações sociais na ordem vigente; a defesa intransigente do materialismo dialético; a afirmação da ideologia de classe.
  - (D)** A crítica radical ao preconceito e à homofobia; o aporte em diferentes perspectivas teóricas e metodológicas; as apostas relacionadas ao processo de humanização do capitalismo; o investimento na pós-graduação stricto sensu.
  - (E)** A crítica radical à sociedade capitalista; a defesa da ideologia de gênero e de classe; a busca pluralista por diferentes abordagens teóricas e metodológicas; a produção científica própria do Serviço Social.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



- 37** Conforme estabelecido na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (e suas alterações), o Sistema Federal de Ensino (Artigo 16) compreende as
- (A)** instituições de ensino mantidas pelos Estados; as instituições de educação infantil mantidas pela iniciativa privada; os órgãos estaduais e municipais de educação.
  - (B)** instituições de ensino mantidas pelos governos federal e estaduais; as instituições de educação infantil mantidas pela iniciativa privada; os órgãos municipais de educação.
  - (C)** instituições de ensino mantidas pela União, Estados e Municípios; as instituições de educação infantil, médio e superior mantidas pela iniciativa privada; os órgãos federais, estaduais e municipais de educação.
  - (D)** instituições de ensino mantidas pela União; as instituições de educação superior mantidas pela iniciativa privada; os órgãos federais de educação.
  - (E)** instituições de ensino básico e médio mantidas pela União; as instituições de educação média e superior mantidas pela iniciativa privada; os órgãos federais, estaduais e municipais de educação.
- 38** Para alguns estudiosos do campo da proteção social brasileira, a seguridade social prevista na Constituição Federal de 1988 tem sido objeto de um contínuo e sistemático processo de desmonte marcado, basicamente, por ações em três domínios distintos, porém, articulados. São eles:
- (A)** A desagregação política dos trabalhadores; a representação desequilibrada entre governo e trabalhadores nos espaços de controle; a base orçamentária na produção.
  - (B)** A desmobilização dos trabalhadores ativos; a diversificação da sua base orçamentária; a ratificação dos direitos constitucionalmente previstos.
  - (C)** A desconfiguração dos direitos previstos constitucionalmente; a fragilização dos espaços de participação e controle democrático; a via do financiamento.
  - (D)** A incorporação da proteção não contributiva; a pulverização das centrais sindicais; a base orçamentária baseada nos impostos sobre operações financeiras.
  - (E)** A ampliação dos benefícios não contributivos; a pulverização de espaços de participação e controle social; a base orçamentária vinculada às variações do câmbio.
- 39** A Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade – PINAE, da Universidade Federal do Pará – UFPA, se apoia em quatro eixos que fundamentam e orientam a estruturação dos programas, projetos e ações específicas da política. São eixos estruturantes da PINAE:
- (A)** Assistência Estudantil; Integração Estudantil; Acessibilidade; Alimentação Estudantil.
  - (B)** Cuidado Estudantil; Suporte e Auxílio Econômico; Apoio Emocional ao Estudante; Moradia Estudantil.
  - (C)** Suporte e Auxílio Econômico; Amparo Psicológico; Auxílio à Moradia; Ajuda Alimentar.
  - (D)** Assistência à Moradia; Auxílio Escolar; Amparo Emocional ao Estudante; Alimentação Estudantil.
  - (E)** Assistência ao Material Escolar; Integração Estudantil; Auxílio Econômico; Acesso à Moradia.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



- 40** O trabalho do assistente social na região amazônica apresenta, entre as demandas próprias da profissão no cenário nacional, a necessidade de conhecer particularidades sociais relevantes (identidades sociais, valores e costumes) presentes na relação entre etnias e a sociedade nacional. Cinco indicadores são de fundamental importância por incidirem, diretamente, no *modus vivendi* dos povos originários. Assinale a alternativa na qual estes indicadores estão relacionados.
- (A)** Relação de produção baseada na igualdade; ausência de propriedade privada; inexistência de sistemas privativos de liberdade; sociedade sem estado; sistema de parentesco baseado na família extensa.
  - (B)** Relação de produção com base na acumulação primitiva; propriedade privada de base familiar; inexistência de sistema punitivo; poder político reservado aos pequenos proprietários; sistema de parentesco com base na família nuclear.
  - (C)** Relação de produção semiescravista; propriedade coletiva do conselho de anciãos; existência de privação de liberdade apenas para mulheres; poder baseado na estrutura do estado autocrático; modelo de família recombinada.
  - (D)** Relação de produção cooperativa; sistema de propriedade por arrendamento; existência de sistema de privação de liberdade; poder político exercido por assembleia intergeracional; sistema de parentesco com base na família anaparental.
  - (E)** Relação de produção baseada na hierarquia; sistema de propriedade coletiva; ausência de sistema punitivo e disciplinar; ausência de poder político; sistema de parentesco com base na família matriarcal.
- 41** Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, “a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola”. Esta Política tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com
- (A)** limitações motoras, mentais, com dislexia e altas habilidades/superdotação.
  - (B)** deficiência motora, visual, auditiva e mental.
  - (C)** deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
  - (D)** deficiência, com déficit de atenção e com autismo.
  - (E)** cegueira, ausência ou limitação da audição, perda ou diminuição da fala e com transtornos mentais.
- 42** O suicídio, como fenômeno decorrente de adoecimentos psíquicos no trabalho, é um problema que vem demandando a atenção de diferentes áreas do conhecimento com atuação no âmbito das relações de trabalho. As pesquisas e explicações do campo da psicologia e da psiquiatria são as mais adotadas como referenciais analíticos sobre a matéria. Todavia, para o Serviço Social é igualmente importante dialogar com abordagens do campo da sociologia do trabalho. Para importantes estudiosos desta área, os adoecimentos psíquicos e o suicídio no trabalho estão associados a três fatores. São eles:
- (A)** A construção de banco de horas-extras não remuneradas; os extenuantes processos de deslocamentos para chegar ao trabalho; a pulverização de entidades na disputa pela representação da classe trabalhadora.
  - (B)** A instabilidade no trabalho decorrente da crise econômica; o esvaziamento das políticas recreativas existentes nas empresas; o crescimento da violência urbana e seus impactos na estrutura das famílias operárias.
  - (C)** O expressivo aumento da jornada de trabalho; a subordinação da gestão empresarial aos interesses internacionais; o esvaziamento das políticas de qualificação da força de trabalho e de investimentos na solidariedade interclasses.
  - (D)** O crescente processo de individualização do trabalho; a ruptura do tecido de solidariedade entre os trabalhadores; a perda da capacidade de acionamento de estratégias coletivas de defesa.
  - (E)** O crescente processo de erosão do poder aquisitivo; a retração dos estímulos econômicos aos trabalhadores por meio de salários indiretos; as recorrentes campanhas para esvaziamento dos sindicatos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



- 43** Segundo o Estatuto da Universidade Federal do Pará (2006), os “órgãos de administração superior são aqueles diretamente responsáveis pela superintendência e definição de políticas gerais da Universidade, referentes às matérias acadêmicas e à administração, em estreita interação com os demais órgãos universitários”. Conforme o Estatuto da UFPA, são órgãos de administração superior da Universidade Federal do Pará (Artigo 6º do Estatuto):
- (A)** Os Conselhos Superiores; as Congregações dos Institutos, Núcleos e dos Campi; a Ouvidoria; a Controladoria-Geral da União - CGU na UFPA.
  - (B)** A Reitoria; a Vice-Reitoria; as Congregações dos Institutos, Núcleos e dos Campi; a Ouvidoria; o Tribunal de Contas da União – TCU na UFPA.
  - (C)** A Prefeitura; as Pró-Reitorias; a Controladoria-Geral da União - CGU na UFPA; o Tribunal de Contas da União – TCU na UFPA.
  - (D)** A Procuradoria-Geral; a Controladoria-Geral da União - CGU na UFPA; o Conselho Superior de Administração – CONSAD; a Ouvidoria da UFPA.
  - (E)** Os Conselhos Superiores; a Reitoria; a Vice-Reitoria; as Pró-Reitorias; a Prefeitura; a Procuradoria-Geral.
- 44** O trabalho de orientação e de acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias é uma atribuição do profissional de Serviço Social que visa contribuir com os processos de formação da consciência crítica sobre a realidade e da emancipação sociopolítica. O desenvolvimento de estratégias educativas nessa direção está vinculado a três grandes processos de articulação das ações profissionais. São eles:
- (A)** Processos políticos; processos ideológicos; processos culturais.
  - (B)** Processos político-organizativos; processos de planejamento e gestão; processos socioassistenciais.
  - (C)** Processos ético-políticos; processos de interpretação da realidade; processos de estímulo à leitura.
  - (D)** Processos pedagógicos; processos de alfabetização de adultos; processos de solidariedade.
  - (E)** Processos didáticos; processos de qualificação de mão de obra; processos de expedição de documentos.
- 45** A Universidade Federal do Pará goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, nos termos da lei e do seu Estatuto (2006). Em relação à Estrutura dos Órgãos de Administração Superior da UFPA, segundo seu Estatuto, os Conselhos Superiores são órgãos de consulta, de deliberação e de recurso no âmbito da UFPA. São Conselhos Superiores da UFPA:
- (A)** Conselho Superior Universitário – CONSUN; Conselho Superior de Ensino e Pesquisa – CONSEP; Conselho Superior de Administração – CONSAD.
  - (B)** Conselho Universal – CONSUN; Conselho Superior de Pesquisa e Pós-Graduação – CONSEP; Conselho Universitário Superior de Administração – CONSUAD.
  - (C)** Conselho Universitário – CONSUN; Conselho Superior de Ensino e Pesquisa – CONSEP; Conselho Superior da Controladoria Geral da União - CONSGU.
  - (D)** Conselho Universitário – CONSUN; Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; Conselho Superior de Administração – CONSAD.
  - (E)** Conselho Superior Universal – CONSUN; Conselho Superior de Pessoal Docente – CONSUPED; Conselho Superior de Pessoal Técnico-Administrativo – CONSUPTAD.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



- 46** Os debates em torno da justiça social e da cidadania como direitos e deveres estruturadores de uma “comunidade de semelhantes” têm ocorrido de forma polarizada nas sociedades ocidentais desde o século XX. Os defensores da cidadania, identificados com as demandas sociais, apostam na construção de uma civilização humana baseada na cooperação, na liberdade e na igualdade; por outro lado, as forças antiliberais (conservadoras e reacionárias) se contrapõem a tais valores. Assinale a alternativa que, segundo alguns proeminentes pesquisadores da área, corresponde à motivação para as forças antiliberais se oporem ao ideal de cidadania.
- (A)** A ideia de cidadania não pode ser aplicada indistintamente em todas as sociedades. É necessário considerar o grau de desenvolvimento econômico de cada país para não gerar desequilíbrios.
  - (B)** A ideia de cidadania só faz sentido para os países de desenvolvimento econômico e social elevado, sendo, portanto, incompatível com sociedades da periferia do mundo capitalista.
  - (C)** A ideia de cidadania deve ser compreendida como no plano utópico, como um vir a ser, como possibilidade histórica e não como fato histórico. Desta forma, a ideia de cidadania é uma construção universal.
  - (D)** A ideia de cidadania somente deve ser desejável e possível em sociedades com alto grau de escolaridade, com estruturas familiares robustas e com um Estado vocacionado para a proteção social.
  - (E)** A ideia de cidadania leva os subalternos a deixarem de pensar como subalternos e a se acreditarem como pessoas dotadas de direitos, em vez de sujeitas à obrigação de ser governadas.
- 47** O Regimento Geral da Universidade Federal do Pará (2006) “disciplina os aspectos gerais e comuns da estruturação e do funcionamento dos órgãos e serviços da Universidade Federal do Pará (UFPA), cujo Estatuto regulamenta”. Conforme especificado no próprio Regimento Geral, as suas normas serão complementadas, no que devam compreender de específico, por Resoluções oriundas da(dos)
- (A)** Procuradoria-Geral da UFPA, do Conselho Superior Universitário – CONSUN, da Prefeitura Multicampi da UFPA e dos Regimentos internos das Faculdades e dos Cursos da UFPA.
  - (B)** Conselhos Deliberativos Superiores e dos Regimentos Internos das Unidades, Subunidades acadêmicas, das Unidades Acadêmicas Especiais, da Reitoria e dos Órgãos Suplementares.
  - (C)** Procuradoria-Geral da UFPA, da Prefeitura Multicampi da UFPA, do Conselho Superior Administrativo – CONSAD, dos Regimentos Internos das Faculdades, dos Doutorados e dos Mestrados da UFPA.
  - (D)** Prefeitura Multicampi da UFPA, dos Regimentos Internos das Faculdades e dos Programas de Pós-Graduação da UFPA, das Assessorias da Reitoria e das Pró-Reitorias.
  - (E)** Conselhos Superiores dos Institutos e Núcleos Acadêmicos da UFPA, dos Regimentos das Faculdades e Cursos da UFPA, da Prefeitura Multicampi da UFPA e da Procuradoria-Geral da UFPA.
- 48** O preconceito racial é um problema ético, social, cultural e político com destacado relevo na sociedade brasileira. É um problema histórico, arraigado a processo de formação da sociedade brasileira e ultrapassa as dimensões de manifestações individuais e subjetivas. O racismo institucional vem reclamando a atenção da elite política, da intelectualidade e do meio artístico. O racismo institucional apresenta duas dimensões interdependentes e correlacionadas. São elas:
- (A)** Dimensão político-programática e dimensão das relações interpessoais.
  - (B)** Dimensão socioeconômica e dimensão político-pedagógica.
  - (C)** Dimensão sócio-histórica e dimensão das relações trabalhistas.
  - (D)** Dimensão político-ideológica e dimensão das relações patriarcais.
  - (E)** Dimensão político-eleitoral e dimensão das relações filantrópicas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023  
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
ASSISTENTE SOCIAL



- 49** No Título I – Dos Princípios e Finalidades, do Regimento da Universidade Federal do Pará, são definidos oito princípios que devem disciplinar os aspectos gerais e comuns da estruturação e do funcionamento dos órgãos e serviços da Universidade Federal do Pará (UFPA). São exemplos desses princípios:
- (A)** A universalização do conhecimento; a excelência acadêmica; o pluralismo de ideias e de pensamento; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
  - (B)** O ensino público e gratuito; o criacionismo como fonte de conhecimento; a hierarquização entre pesquisa, ensino e extensão; o combate ao preconceito.
  - (C)** A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a autoridade do saber científico sobre o saber popular; o respeito à diversidade étnica e religiosa; a defesa dos direitos das minorias.
  - (D)** A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a hierarquização entre ensino, extensão e pesquisa; os direitos da população tradicional; a defesa da Amazônia.
  - (E)** O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; os direitos da população indígena e quilombola na Amazônia; a excelência na pesquisa; o combate às formas de violência.
- 50** A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (e suas alterações), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Segundo a LDB, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na
- (A)** vida comunitária, na convivência social com as crianças, nas instituições de ensino infantil, médio e superior, nas organizações governamentais e não governamentais e nas festas populares.
  - (B)** vida social da família, na convivência social entre adultos e crianças, nas instituições de ensino e extensão, nos movimentos de grupos sociais e nas manifestações religiosas e morais.
  - (C)** vida em família, no ambiente do trabalho, nas instituições de ensino superior, nas organizações sociais e nas manifestações populares.
  - (D)** vida em família de origem, na convivência comunitária, no trabalho das instituições governamentais e não governamentais, nos colégios e nas manifestações culturais.
  - (E)** vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.



### PROPOSTA DE REDAÇÃO

Nos últimos meses, o lançamento do ChatGPT, Inteligência Artificial (IA) da empresa OpenAI, tornou-se um tema polêmico no centro de discussões acaloradas nas redes sociais e em outros veículos de comunicação. **Escreva um texto em prosa no qual você defenda, com consistência, o seu posicionamento a respeito do uso de Inteligência Artificial nos espaços de trabalho no serviço público.**

Tema/Título:
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30